

Piora das contas públicas

Como era previsto, as contas do setor público pioraram em setembro: o déficit nominal, que nos oito primeiros meses era de 6,36% do PIB, elevou-se para 7,04%; o superávit primário, que era de 0,86% caiu para 0,40% do PIB. Estamos, assim, muito longe da meta acordada com o FMI para 1999: um superávit primário de 2,6% e um déficit nominal de 4,7% do PIB.

O aumento do déficit nominal, em setembro, explica-se, essencialmente, pela alta da taxa de juros provocada pela crise russa. Os gastos com juros passaram, em um mês, de R\$ 5,363 bilhões para R\$ 7,104 bilhões. Os juros anualizados, em setembro, foram de 27,0% contra 20,2% em agosto.

Os gastos do setor público com juros equivalem a 7,44% do PIB,

valor superior ao déficit nominal total!

Mas não foram apenas os juros que contribuíram para deteriorar as contas públicas, como se vê pela sua evolução no conceito primário, isto é levando-se em consideração as despesas sem os gastos com os juros. Com efeito, se se considera o Governo Central – que inclui o governo federal, o INSS, o Banco Central e as empresas estatais federais – verifica-se que de um superávit primário de R\$ 4,602 bilhões, em agosto, passou-se para um déficit de R\$ 2,024 bilhões em setembro. Mesmo sem pagar juros, o Governo Central não conseguiu equilibrar suas contas, gastando mais do que recebeu.

O INSS é o maior responsável por essa degradação das contas, fato que os membros do Congres-

só recusam-se a considerar. O INSS – que não inclui a Previdência do setor público – tinha um déficit, nos nove primeiros meses de 1997, de 0,08% do PIB. Nos nove primeiros meses deste ano, esse déficit já é de 0,54% do PIB.

O déficit nominal dos Estados nos nove primeiros meses do ano mostra um aumento menor do que o verificado no Governo Central, passando de 1,90% para 1,94% do PIB. Isso se deve à transferência de uma parte das dívidas estaduais para o Tesouro Nacional, que permitiu aos Estados aliviar o pagamento de juros. No conceito primário, aumenta o déficit dos Estados: de 0,38% do PIB nos oito primeiros meses do ano, passou-se para 0,46% em setembro, o que mostra que a diminuição dos encargos com juros não levou a uma redução dos

outros gastos, enquanto as receitas, com a recessão, estão diminuindo. A situação é apenas um pouco melhor no caso dos municípios que ainda têm um superávit primário.

Tais dados mostram claramente que o problema das contas públicas só terá solução com a redução da taxa de juros – mas que apenas ela não será suficiente para isso. O setor público deve fazer um esforço permanente de redução de suas despesas para que a dívida pública possa diminuir e, assim, reduzir o impacto dos juros.

O fulcro do problema continua sendo a Previdência. A conjuntura para o primeiro semestre de 1999 é muito negativa, pois não será possível contar com um aumento da arrecadação, mesmo com um aumento de impostos.